

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 12: “Organizações civis, mobilizações sociais e violência”

A Metáfora da Guerra

sobre políticas estatais e evangélicas no combate ao crack

DEBORAH RIO FROMM TRINTA (PPGAS/ IFCH – Unicamp)

RESUMO

Muitos estudos tem sido produzidos na área das Ciências Sociais acerca do crescimento pentecostal e neopentecostal, sobretudo nas periferias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, pouca atenção vem sendo dada à atuação de protestantes históricos nessas localidades. Considerando que a gestão dessas populações e espaços urbanos não se restringe às ações estatais e tendo em vista o atual contexto nacional de “guerra contra o crack”, o presente trabalho pretende lançar luz para uma política missionária de Igrejas Batistas voltada para o combate ao crack em nível nacional. Trata-se de um programa de tratamento para a dependência química que vislumbra a assistência, evangelização e conversão dos chamados “noias” ou “cracudos”. Com base em dois anos (2011-2013) de pesquisa de campo na Missão Cristolândia, situada na região da estigmatizada “cracolândia”, no centro de São Paulo, pretendo, mais especificamente, problematizar como a metáfora da guerra é acionada, de maneiras distintas, tanto pelas políticas estatais quanto pelas políticas batistas no que tange à “questão do crack” no Brasil. Estes últimos, sem a pretensão de ocupar o aparelho de Estado, colocam em ênfase um projeto político-religioso de nação e de conquista de territórios que tem como base a disseminação do evangelho como antídoto das mazelas sociais.

Palavras-chave: crack; cracolândia; Igreja Batista; São Paulo; guerra; protestantismo.

1. Apresentação

No momento político atual, em que foi deflagrada a chamada “guerra contra o crack”¹, um montante de 4 bilhões de reais será investido pelo governo federal, até 2014, no combate a essa droga. Trata-se do programa “*Crack, é possível vencer*”, criado em 2011 como parte da Política Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. O programa propõe a interface entre saúde e segurança e prevê a articulação com estados e municípios nas suas ações, as quais estão estruturadas em três eixos: cuidado (saúde), a autoridade (segurança pública) e prevenção.

Com ampla cobertura midiática, o crescimento do consumo dessa substância tem alarmado a opinião pública e motivado uma série de campanhas e de medidas governamentais de caráter emergencial. Na agenda política nacional, o crack é uma das prioridades e, como se nota, é tema com grande capacidade de atração de recursos públicos. Também por isso acima, tem mobilizado uma série de instituições, saberes, tecnologias e atores voltados ao seu controle, tanto estatais como não-estatais. A presença evangélica nessa agenda tem sido pouco tratada na bibliografia específica, embora seja progressivamente mais relevante nos últimos anos. É essa presença, tratada aqui no contexto da “cracolândia” paulistana, através de dois anos (2011-2013) de pesquisa de campo realizada na Missão Batista Cristolândia, entidade fruto de uma política missionária financiada por igrejas batistas, atreladas à Convenção Batista Brasileira (CBB), de todo o Brasil, que me oferece ponto de partida para a reflexão.

O crack assumiu, atualmente, uma posição central no que diz respeito aos usos e cuidados com a cidade, às propostas e embates acerca dos modelos de atenção e de tratamento para a dependência química e às disputas em torno da Política Nacional de

¹ Ver: “Guerra contra o crack tem que ser sem dó nem piedade, diz Lula”, último acesso 09/01/2014, 14h24, disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/754831-guerra-contr-o-crack-tem-que-ser-sem-do-e-sem-piedade-diz-lula.shtml> ; “Presidenta anuncia guerra contra o crack”, último acesso 09/01/2014, 14h18, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/saude/2011/02/governo-anuncia-implantacao-de-49-centros-de-referencia-em-crack> .

Drogas. No atual contexto de proliferação das chamadas “cracolândias”², o Brasil tem repensado a sua política em relação aos usuários de drogas, em meio a um debate - que mobiliza as esferas municipal, estadual e federal - de propostas que vão desde o aumento da repressão e a internação compulsória até a descriminalização do uso, a adoção de programas de redução de danos e às discussões acerca da legalização das drogas.

Esse “mal diabólico” encarnado pelo crack, capaz de contaminar populações e espaços urbanos, o faz ser concebido como um inimigo da ordem e avesso à saúde, à higiene e à segurança pública. Quase como uma entidade demoníaca, essa substância está comumente associada - tanto em reportagens da grande mídia quanto em campanhas de prevenção - a um imaginário de trevas e terror; de morte e zumbis; de doença e ameaça. “Crack, é possível vencer”; “Crack: independência ou morte”; “Crack, nem pensar”; “Crack, repensar”; “Crack, tô fora”; “Crack, não caia nessa armadilha”; são alguns dos nomes de campanhas e programas, que somam recursos e esforços governamentais e/ ou privados, os quais revelam o crack como grande protagonista do atual cenário da “guerra às drogas”.

Antes de naturalizar a “questão do crack” ou a “questão das drogas” como um problema em si, convém lembrar, assim como Fiore (2007), que o consumo de certas substâncias psicoativas só se tornou um problema social que requer a atenção do Estado em um período histórico recente. Foi a partir do final do século XIX, com o pioneirismo dos EUA, que em torno de tal prática se constituiu um campo discursivo, cujos eixos são a medicalização, a criminalização e a moralização. No Brasil, esse processo teve início na virada para o século XX, com a proibição do uso da maconha, em 1830, no Rio de Janeiro. Proibição, esta, já associada ao controle de práticas específicas de classes e/ou raças que eram vistas como perigosas, a saber, principalmente a população negra e escrava (FIORE, 2007).

Nesse sentido, segundo Henrique Carneiro (2002), em uma época recente, “assistimos ao nascimento de um novo racismo que, além de biológico, assume contornos biopolíticos, na estigmatização demonizante dos consumidores de drogas do

² Taniele Rui (2012) atenta que a utilização generalizada que vem sendo feita do termo “cracolândia” tende a obscurecer as especificidades de cada cenário de uso, assim como homogeneizar a multiplicidade de contextos.

final do século XX e inícios do XXI”. No que se trata do tema do crack no Brasil, há uma potencialização de uma visão demonizante que, apesar de já impregnar a percepção de outras substâncias, é radicalizada no que tange ao crack e seus consumidores. Em São Paulo, é a figura do “noia”, retratada na chave da alteridade radical, que tem alarmado a população e roubado a cena nos noticiários³. Dotado de uma corporalidade abjeta (RUI, 2012), além de ser associado simbolicamente à sujeira e ao perigo, esse tipo de usuário coloca em evidência as fronteiras e limites do humano, assim como a gestão das alteridades e dos ilegalismos na cidade. Para o Estado, precisa ser controlado, vigiado, reprimido e, eventualmente, tratado; para o Crime, é um *verme* que deve ser isolado no *seguro*; para a Igreja, precisa ser evangelizado e convertido. Ponto de convergência entre os feixes de enunciado dessas três matrizes discursivas, a saber Estado, “mundo do crime” e religião, relevantes na ordenação e regulação da vida e da morte nas periferias de São Paulo (FELTRAN, 2012), o crack é proibido pela lei estatal, demonizado pelo cristianismo e interditado pelo PCC nas cadeias do estado. Dessas três, entretanto, estou especialmente preocupada com as políticas estatais e políticas evangélicas voltadas para a “questão do crack” no Brasil, sobretudo, na região da “cracolândia” paulistana.

Na primeira parte do texto, tendo esta territorialidade e seus embates como ponto de partida, vou me voltar à metáfora da guerra, presente tanto nas investidas missionárias batistas quanto nas intervenções estatais, como produto e produtora de práticas e discursos sobre o crack no Brasil. Entendo a guerra antes como uma modalidade de relação social do que como um fato concreto (LEINER, 2009), assim como, ao contrário do que sugeriram Hobbes ou Lévi-strauss, a guerra como parte do âmbito das relações sociais e não como oposta à vida em sociedade (CLASTRES, 1977ab)⁴. Neste sentido, trata-se de apreender como, no contexto em questão, as relações guerreiras se revelam de maneira ora metafórica, ora efetiva; ora espetacularizada, ora obscurecida e invisibilizada no cotidiano das batalhas capilarizadas.

³ Taniele Rui (2012a) apreende o termo “noia” como “uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa apenas um segmento muito particular dos usuários de crack: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção”. Frúgoli e Sklair (2009) também atentam que “noia” não constitui necessariamente uma categoria nativa, pelo seu caráter altamente estigmatizante entre os próprios usuários de crack.

⁴ “Em Hobbes, a política vem para se contrapor à guerra de todos contra todos, isto é, à natureza. Em Clastres, a guerra é a condição para a vida social [nas sociedades primitivas] (...). Em suma, Clastres politiza a guerra e, nesse sentido, afasta-se não apenas de Hobbes, mas também de Lévi-strauss, para quem o fundamento da vida social, primitiva ou não, é a troca” (SZTUTMAN, 2012: 48).

As duas perspectivas abordadas aqui, a saber a estatal e a batista, são distintas e compartilham de planos e idiomas guerreiros diferentes, entretanto, apesar das especificidades, também possuem afinidades que a análise relacional faz emergir. A principal distinção está no fato de que para meus interlocutores batistas, pensar o atual contexto de “guerra contra o crack” implica em considerar um conflito anterior: “a guerra entre Deus e o diabo”. Nessa leitura, declarar “guerra às drogas” implica antes em travar uma batalha contra o demônio. A seguir, proponho que, ao contrário de considerar a luta contra o demônio como indício de uma alienação política, ou seja, como um equívoco que projeta sobre o inimigo errado os motivos das mazelas e desigualdades sociais, há a necessidade de se estender a noção ordinária de política, centrada na disputa de poder em torno do Estado, de modo a abarcar outros modos de figurar o conflito social que, muitas vezes, extrapola mesmo a luta entre os atores que consideramos usualmente como “humanos”. Para meus interlocutores, que não consideram sua atuação como política, no sentido acima assinalado, são esses atores não humanos – Deus e o diabo, sobretudo – que se manifestam e interveem na vida cotidiana das pessoas, nas suas disposições e resistências frente ao crack, e nas suas possibilidades de construir um outro mundo para viver. Nesta perspectiva, de fato, Deus e o Inimigo são seres em disputa e que estão presentes e agem sobre suas vidas, sendo suas intervenções e manifestações percebidas cotidianamente, seja nos espaços ou nos corpos, assim como nos comportamentos. Opto por considerar seriamente essa perspectiva e observar os rendimentos analíticos que ela encerra.

Por sua vez, para os missionários batistas, trata-se de libertar os “cativos do demônio”, ofertando uma cura para a “dependência química” que não está respaldada por um saber médico, nem pelo uso de fármacos, mas pela agência divina de cura acionada durante o processo de conversão religiosa. Ao contrário das políticas estatais, que pautam a medicalização e a repressão como armas na luta contra as drogas, o arsenal batista enfoca na utilização de tecnologias de convencimento, caridade e afeto imbricadas nas práticas de evangelização voltadas para a conquista de almas e territórios.

2. Batalha espiritual e “guerra contra o crack” em São Paulo

O tema das drogas, no Brasil, pensado aqui a partir do atual contexto de enfrentamento ao crack, se constituiu como um problema para a saúde e segurança

pública, de modo que consegue articular, de maneira complexa, o discurso autorizado da medicina com as forças repressoras do estado. Taniele Rui (2012b), em seu artigo sobre a atuação estatal na “cracolândia” paulistana, cuja análise contrapõe os serviços policiais aos de saúde presentes na dinâmica da região, enfatiza “*o Estado que fere é o mesmo que socorre*”, de modo que a “questão do crack” consegue combinar uma série de medidas de repressão, higiene e ordem urbana com políticas de cuidado, assistência e saúde. Se por um lado, no Brasil, a tendência política contemporânea aponta para uma mudança de paradigma que privilegia a prevenção e o tratamento, assim como penas mais brandas ao usuário, por outro, há o recrudescimento da repressão ao narcotráfico com uma política de encarceramento em massa, sobretudo no estado de São Paulo⁵.

Tal deslocamento pode ser percebido na Lei de Drogas (11.343), promulgada em 2006, que endureceu o combate ao tráfico (inclusive, com o aumento da pena mínima de 3 para cinco anos de prisão) e eliminou a pena de prisão para pessoas flagradas com drogas destinadas ao próprio consumo, apesar de não estipular quantidade ou critérios objetivos para dizer se a droga é destinada ao uso ou ao comércio. A interpretação é conferida à autoridade policial, a qual é responsável pela instauração de inquérito, cuja avaliação será realizada posteriormente pelo Ministério Público e pelo Judiciário⁶.

No contexto etnográfico da presente pesquisa, a “cracolândia” do bairro da Luz, em São Paulo, a fronteira entre usuário e traficante é, muitas das vezes, tênue e fluida na dinâmica da região. Não são raros os casos de usuários que vendem tragos e lascas de suas pedras, ou mesmo se associam à rede do tráfico local, como forma de custear a sua sobrevivência e o seu próprio consumo. Na ausência de uma quantificação legal objetiva e tendo em vista que as condições sociais e pessoais não tendem a seu favor, além dos interesses econômicos e políticos de limitar sua circulação e excluí-los do espaço público, a prisão é o caminho inevitável para muitos flagrados, frequentemente, com pouca quantidade de droga⁷.

⁵ Sobre as políticas de segurança pública, sobretudo de encarceramento, em interface com o crime, no estado de São Paulo, a partir de uma abordagem relacional, ver: Feltran (2012).

⁶ “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes dos agentes”, Lei 11.343, art. 28, parágrafo terceiro, citado por Fiore (2012).

⁷ Segundo Taniele Rui (2014: 95), “em princípio, quando se falava da “cracolândia” era, sobretudo, como “reduto de venda” (Uchoa, 1996, p. 73); posteriormente ela foi sendo o local em que menos se apreende

Como exemplo, com o saldo de cerca de 200 pessoas presas, a chamada Operação Sufoco, foi deflagrada pela Polícia Militar na “cracolândia” paulistana no início do ano de 2012. Apesar do elevado número de prisões – quase metade do número estimado de usuários que se concentram na região, contingente que varia de acordo com as intervenções governamentais, a hora do dia, o clima e as dinâmicas internas, podendo aumentar ou diminuir – e da promessa de “acabar com a crackolândia”, a operação não deu conta de acabar com o tráfico na região⁸. Nesse sentido, revela:

“uma perspectiva que já é clara para a maior parte dos agentes envolvidos no cotidiano da guerra às drogas, que nunca vislumbram uma vitória definitiva. É uma guerra na qual se costuma comemorar ‘vitórias’ parciais, como a prisão de traficantes e a apreensão de drogas, que seriam capazes de retirar das ruas o ‘veneno’ que o inimigo, cada vez mais perigoso, distribui. Ignorando que há a substituição permanente de função e que apenas uma pequena parte do que circula no mercado é apreendida, a polícia exalta mais os procedimentos do que os resultados práticos: os preços da cocaína e de sua versão tragável, o crack, tem permanecido praticamente estáveis em São Paulo há quase duas décadas” (FIORE, 2012: 15, grifos meus).

Sem fugir dessa direção, o principal resultado imediato da operação policial foi fazer com que os usuários de crack se espalhassem pela cidade, o que dificulta o atendimento realizado pelos agentes de saúde e pelas entidades religiosas ou não que prestam serviços a essa população. Entretanto, como já era esperado, a aglomeração de usuários na região continuou⁹. Além disso, a operação foi acusada de ter caráter higienista por diversos médicos, agentes de saúde, religiosos, parlamentares e movimentos sociais, rendendo ainda, denúncias aos organismos e fóruns internacionais de direitos humanos. Como bem notou Taniele Rui (2012a), o próprio nome já demarca seu viés repressivo e violento: “O nome não poderia ser mais revelador. Com uma breve

crack na cidade de São Paulo”. Ver também: “Crack apreendido na Cracolândia é menor do que o confiscado por dia em SP”, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/crack-apreendido-na-cracolandia-e-menor-do-que-o-confiscado-por/n1597580358074.html>, último acesso 15:22, 14/08/2014.

⁸ Ver: “Polícia prende quase 200 na crackolândia, mas tráfico continua”, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/23584-policia-prende-quase-200-na-cracolandia-mas-traffic-continua.shtml>, último acesso 17:03, 14/08/2014.

⁹ Ver: “Favelinha surge em calçada na crackolândia, no centro de SP”, último acesso 09/01/2014, 14h34, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380499-favelinha-surge-em-calçada-na-cracolandia-no-centro-de-sp.shtml>.

busca no dicionário, vê-se que os sinônimos para sufocar são: dificultar a respiração, reprimir, causar profunda impressão, impedir de manifestar-se, provocar mal estar físico e emocional, matar por asfixia” (RUI, 2012:15). Para o governo do estado, tratava-se de impingir dor e sofrimento aos usuários, como forma de “estimulá-los” à busca de tratamento. Segundo a defensora pública Daniela Skromov, que acompanhou de perto a operação: “*Colocamos o pé na cracolândia um dia depois e vimos um cenário de guerra*”. Ela ainda complementa que “*ali ficou muito claro que não existe guerra às drogas sem guerra às pessoas e aos direitos humanos*”¹⁰. Convém ressaltar que o próprio termo “operação” já indica o caráter “guerreiro” e militarizado da atuação policial.

Meus interlocutores batistas, que atuam na região, desde 2009, através da oferta de serviços de assistência material (banho, roupa limpa, comida, etc) e espiritual (cultos, aconselhamento, evangelização e conversão religiosa), assim como com a oferta de internações voluntárias e gratuitas em sua rede de Centros de Formação Cristã, sentiram de perto os efeitos da operação policial na rotina das suas atividades de atendimento ao público-alvo. Como me narrou uma missionária da Cristolândia, Cíntia¹¹, um mês após a intervenção: “*menina, foi uma loucura. O atendimento triplicou, costumávamos internar 40 por mês, na época internamos 50 por semana*”. Convém ressaltar que esse fato não garante o permanecimento dos internos na rede de tratamento. Esta, em muitos dos casos, é agenciada como um meio de proteção temporária frente às adversidades e ameaças externas (violência policial, acertos de conta, dívidas com traficantes, etc), sendo o tratamento logo abandonado.

Segundo Cíntia, um coronel da polícia militar, foi até à sede da Missão Cristolândia e se comprometeu a não interferir no trabalho dos batistas, visto que, segundo ele, as atividades dos evangélicos não atrapalhavam o desenvolvimento da operação policial. Os usuários, por sua vez, perceberam no espaço da Missão um lugar de proteção frente à arbitrariedade da violência policial e recorreram, em maior número, ao local e aos serviços batistas: “*a todo momento chegava gente querendo comer, tomar banho, ser internado...*”, observou a missionária. Como forma de não comprometer o seu

¹⁰ Ver: “SP: movimentos pedem fim da guerra às drogas e respeito aos direitos humanos”, disponível em: <http://coletivodar.org/2012/11/sp-movimentos-pedem-fim-da-guerra-as-drogas-e-respeito-aos-direitos-humanos/>, último acesso 11:41, 15/08/2014.

¹¹ Os nomes de missionários e missionárias, assim como de voluntários(as) ou usuários(as) do serviço são fictícios. Apenas os nomes da coordenação do projeto são reais, visto a sua já disseminada publicização.

relevante papel de mediação no conflito instaurado, os missionários e voluntários batistas vigiavam constantemente para que ninguém fumasse crack no interior ou na porta da sua sede com o intuito de evitar problemas com os policiais.

Nada mais típico de um cenário de “guerra” do que a produção de “apátridas”. Nesse sentido, a população em questão, constituída por “refugiados” da Batalha Sufoco, procuraram abrigo e proteção na atuação humanitária batista.

Ademais, já houveram tentativas da Prefeitura de São Paulo, ainda na gestão de Gilberto Kassab, de estabelecer convênios – “alianças estratégicas de combate”- com a Missão Cristolândia¹². Sobre essas negociações, Soraya, coordenadora do programa batista, afirma:

*“Não, nós não temos parceria do Estado. (...)Chegaram, chegaram a me procurar. Só que eles queriam fazer uma parceria que pra nós não é vantagem. A parceria do Estado, eu não vi como uma parceria vantajosa. Por que? O que ele me propôs: se eu tiro em uma semana, no baixo, vamos pensar que eu tiro 50 pessoas da rua, ele me propôs eu tirar 100. Cem pessoas. Mas, eu tenho estrutura para tirar 100, mas não me importa tirar 100. O que importa é que no final, depois do programa, eu preciso desaguar, escoar essas 100 pessoas. Pra eu escoar essas 100 pessoas, eu vou ter 300 agora pra eu escoar. Então, como eu vou fazer pra escoar essas 300? Ele quer que eu tire 300, ele ia ajudar com 300, mas eu preciso depois escoar essas 300, porque eu preciso inserir essas 300 no mercado de trabalho. **Aí eles não querem fazer nenhuma parceria, eles só querem me ajudar a tirar.** A tirar eu não quero! Eu quero que ele me ajude na ponta. Aí criei um Programa Primeiro Emprego para o ex-dependente químico, depois que passar pelo programa [Cristolândia] que são três anos. Aí um programa outro, pós-período da dependência química, Programa Primeiro Emprego, aí eu queria. Podia ser vinculado ao Estado. Essa era a parceria que eu queria. Eu não quero tirar 300 e escoar 100. E os 200? Vão voltar pra rua e depois eu vou tirar mais 300,*

¹² O sustento do Programa Cristolândia é gerado a partir de doações, sobretudo, de fiéis de Igrejas Batistas à Junta de Missões Nacionais (JMN), instituição responsável e financiadora do projeto. A JMN é responsável pela manutenção da estrutura de funcionamento (aluguel, luz, água), assim como pelos salários de seus missionários contratados e pelo sustento de voluntários e *radicais*. Porém, segundo a equipe, o dinheiro repassado pela agência missionária é insuficiente para arcar com todos os gastos da entidade, a qual depende de doações extras de comida, de roupas e de dinheiro feitas por crentes de diversas denominações, empresários e qualquer pessoa disposta a ajudar. Para tanto, o programa divulga campanhas e propagandas com as suas necessidades pelas redes sociais, as quais são um importante canal para que doações sejam angariadas. No entanto, na perspectiva de meus interlocutores, é graças à intervenção divina, requisitada em suas orações, que as doações chegam e, assim, o projeto consegue se manter.

vou tirar 500: os 300 de novo e os 200 que vão vir de novo que já passaram. Então, não é vantagem.” (ENTREVISTA – set/ 2013)

A internação tem sido o carro chefe de muitas políticas públicas dos diferentes níveis de governo, apesar da ausência de consenso entre especialistas e movimentos sociais acerca da eficácia e da legitimidade desse tipo de tratamento¹³. Também nesse sentido, o ano de 2012 foi emblemático no que tange às recorrentes operações e intervenções repressivas de combate ao crack. Implantadas por governos estaduais e municipais, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, essas ações lotaram as páginas dos noticiários e combinaram a atuação de agentes de saúde e forças policiais de modo evidente. Ainda nesse mesmo ano, operações contra o crack foram realizadas no Rio de Janeiro, pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em atuação conjunta com a polícia militar, tendo em vista a internação compulsória de usuários¹⁴. Fato que contribuiu para uma maior publicização do debate acerca da internação compulsória de usuários de drogas. Debate, este, que ganhou ainda mais notoriedade pública com a medida implementada pelo Governo do Estado de São Paulo, no começo de 2013, em parceria com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a comissão anti-drogas da OAB, que prevê a internação involuntária (com o consentimento de parentes) e a internação compulsória de usuários de crack¹⁵. Com o insucesso e os custos políticos da atuação repressiva de 2012, o governo do estado de São Paulo passou a apostar em uma política de aceleração das internações e no permanecimento da repressão capilar e cotidiana, menos espetacularizada, aos usuários de crack e moradores de rua

¹³ Ver, por exemplo: “Programa de combate ao crack prevê internação involuntária de usuários”, último acesso às 19:21, em 30/08/2014, disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/12/programa-de-combate-ao-crack-preve-internacao-involuntaria-de-usuarios.html> ; “Bolsa crack de R\$ 1350,00 vai pagar internação de viciados do Estado de SP”, último acesso às 19:24, em 30/08/2014, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,bolsa-crack-de-r-1350-vai-pagar-internacao-de-viciados-do-estado-de-sp,1029486> ; “SP lança edital para credenciar entidades no Cartão Recomeço”, último acesso às 19:26, em 30/08/2014, disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/sp-lanca-edital-para-credenciar-entidades-no-cartao-recomeco.html> .

¹⁴ Ver: “Internação compulsória de viciados em crack gera polêmica”, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/10/internacao-compulsoria-de-viciados-em-crack-do-rio-gera-polemica.html>. No começo de 2013, mais ações protagonizadas por agentes da assistência social juntamente com policiais militares do batalhão de choque e integrantes do Bope, além da polícia civil, foram realizadas, ver: “Prefeitura do Rio anuncia internação forçada de adultos viciados em crack”, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-do-rio-inicia-internacao-forcada-de-adultos-viciados-em-crack,998780,0.htm>.

¹⁵ Ver: “Alckmin assina termo para apressar internação de usuários de drogas”, 11/01/2013, disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/01/alckmin-assina-termo-para-apressar-internacao-de-usuarios-de-droga.html> .

frequentadores da “cracolândia”. Além disso, lançou o Programa Recomeço, através do qual financia a internação de “dependentes químicos” em instituições privadas¹⁶.

Em contraposição às investidas militares e às propostas de internação em massa da população em questão, recentemente, a atual prefeitura de São Paulo lançou um programa que desloca a questão do viés repressivo para temas como trabalho, moradia e profissionalização. Intitulado Braços Abertos, o programa da prefeitura foge da internação como única opção e oferece trabalho remunerado, hospedagem em hotéis (cadastrados) da região e capacitação profissional a uma parte do público que frequenta a região.¹⁷ Apesar de aparentar uma mudança de estratégia da gestão, a implantação do programa é de todo recente e a prefeitura não divulgou nem as suas diretrizes e nem os contratos envolvidos no projeto. De toda forma, o problema da circulação e da ocupação do centro pelos usuários de crack ainda está colocado. Como exemplo do empenho da prefeitura nesta direção, foram instalados, sem sucesso, grades de metal (“cercadinhos”) para delimitar o espaço onde os usuários deveriam permanecer. Os próprio usuários retiraram as grades, no dia seguinte¹⁸. Além disso, o aumento do número de prisões por tráfico de drogas na localidade tiveram um significativo aumento de 144%, indicando a distinção no trato dado pela prefeitura aos usuários, para alguns dos quais – aqueles excluídos do programa – o dispositivo da criminalização passou a operar de maneira ainda mais incisiva¹⁹.

De fato, como evidenciado até aqui, na atual lógica de “guerra às drogas”, radicalizada quando voltada ao crack e parte de seus consumidores, o encarceramento e a internação tem, em grande medida, se constituído como duas faces de um mesmo processo que pauta o controle e o isolamento da população em questão. Trata-se de

¹⁶Ver: “SP muda tática contra drogas e amplia comunidades terapêuticas”, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,sp-muda-tatica-contra-drogas-e-amplia-comunidades-terapeuticas,1104341,0.htm>, último acesso 13:55, 15/08/2014.

¹⁷ Ver: “ ‘Cracolândia’ troca sufoco por Braços Abertos”, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cracolandia-troca-sufoco-por-bracos-abertos-mas-ha-duvidas-sobre-novo-programa-6234.html>, último acesso às 11:09, 17/08/2014. E também, “Bem vindos os braços abertos: que venham sem os punhos fechados”, disponível em: <http://coletivodar.org/2014/02/bem-vindos-os-bracos-abertos-que-venham-sem-os-punhos-fechados/>, último acesso às 11:11, 17/08/2014.

¹⁸ Ver: “Prefeitura instala cercadinho na Cracolândia para tirar usuários”, disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/prefeitura-instala-cercadinho-na-cracolandia-para-tirar-usuarios.html>, último acesso às

¹⁹ Tal tendência foi enfatizada por Taniele Rui em conversas pessoais e nas reuniões do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU/Cebrap). Ver: “Com ‘Braços Abertos’ criminalidade caiu na Cracolândia”, último acesso às 15:57, em 30/08/2014.

restringir a circulação desses “corpos abjetos” na cidade, controlar essa “classe perigosa” e se empenhar na sua retirada do espaço público.

No que tange à internação de usuários de drogas em Comunidades Terapêuticas, no Brasil, há uma associação muito significativa deste tipo de serviço a grupos religiosos de diferentes denominações, os quais tem angariado uma quantidade significativa de recursos públicos destinados ao tratamento de usuários de drogas. Ao contrário de outras denominações evangélicas, os batistas brasileiros apresentam certa resistência à participação na vida política institucional e a estabelecer acordos com o Estado. Como prezam pela autonomia de cada igreja, não há um projeto de unificação política em que a campanha de um candidato seja apoiada por todos. E, além disso, cargos políticos costumam implicar na perda dos cargos religiosos. Por sua vez, para meus interlocutores evangélicos a incapacidade de solucionar tal “problema social” é inerente ao Estado. Por isso, reivindicam para si próprios tal função:

“É função da igreja acabar com o problema das drogas, pois o Estado não tem como resolver esse problema. A igreja é a única instituição que possui tal capacidade. Só Deus é capaz de quebrar as algemas que prendem os usuários de drogas e os libertar.”(Diário de campo, set. 2011).

A fala transcrita acima foi pronunciada pelo Pr. Fernando Brandão, diretor executivo da Junta de Missões Nacionais (JMN) e criador do Programa Cristolândia, durante um congresso de incentivo à atividade missionária, intitulado “*Desperta para o Brasil*”, cujo slogan: “*Minha vida, impacto para nação*”. O pastor completou sua fala com uma analogia de que a droga seria como uma isca de um pescador, sendo este o diabo, se o peixe visse o anzol por trás da isca não a comeria, assim como, se as pessoas vissem o “anzol” que há por trás das drogas não começariam a usá-las. O atual diretor da JMN salienta uma perspectiva pouco debatida em torno da questão do uso de drogas, além de conflitos econômicos, políticos e sociais, tal tema elicit conflitos em um plano espiritual, em que, segundo essa perspectiva, a atuação estatal seria insuficiente por se limitar a uma política terrena. Em torno do uso de drogas, portanto, não estariam envolvidos apenas atores humanos, mas também seres sobrehumanos, a saber Deus e o diabo, assim como anjos e demônios. Nessa leitura, a igreja, em sua posição de mediadora, emerge como a instituição que tem por função tratar e combater o uso de drogas, assumindo um papel central na atual conjuntura de combate ao crack, haja vista

que essas substâncias seriam instrumentalizadas pelo diabo, “fisgango”, como anzóis, seus usuários. Na perspectiva do programa, a libertação só seria possível por meio do evangelho.

Tendo isso em vista, o pastor reivindica uma extensão da atuação batista em torno de tal tema e a criação do programa Cristolândia está em consonância com essa visão, tendo como princípio fundamental a *“prioridade de resgatar dependentes químicos e codependentes por intermédio do ensino da Palavra de Deus, pois entende que somente a ação do Espírito Santo e uma vida íntima com Cristo proporcionarão uma verdadeira libertação e recuperação”* (Manual Operacional Cristolândia, 2012: 13). O programa propõe um modelo terapêutico baseado na formação cristã, ou seja, é através do ensino da *palavra* que se agencia a cura. Em decorrência desses paradigmas, na perspectiva de meus interlocutores, dificilmente haverá um processo de “recuperação” desatrelado ao processo de conversão religiosa. Trata-se de um tratamento moral e espiritual em que está pautada a abstinência total e a “medicalização bíblica”.

Se por um lado nos enunciados estatais o crack aparece como fonte de diversos males sociais, sendo apontado como um “inimigo nacional”, na perspectiva de meus interlocutores batistas, não se trata somente de uma “guerra contra o crack”, haja vista que a droga em si é apenas um instrumento do diabo para controlar vidas e almas.

3. “O nosso general é Cristo”: guerra, território e nação

Há de se considerar na análise, portanto, um contexto de batalha espiritual em que entidades, a saber Deus e o diabo, anjos e demônios, disputam por espaços de gestão e controle de territórios, almas, vidas, corpos e condutas. Tendo isso em vista, no atual contexto de “guerra contra o crack”, além da “cracolândia”,²⁰ paulistana ser um território de disputas nos âmbitos do mercado imobiliário, da saúde, da assistência social, das secretarias de cidadania e de segurança, se constituindo como um verdadeiro “campo de forças” (RAUPP E ADORNO, 2008) é também, segundo meus interlocutores evangélicos, zona de combate entre forças espirituais. Além do território ser, frequentemente, acionado nos discursos dos responsáveis pelas intervenções urbanas

locais, sofrer recorrentes ações de limpeza e repressão, é alvo de ações evangelísticas de instituições religiosas que atuam na purificação e pacificação das almas.

Com esse objetivo combatente, em 2012, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi realizada a chamada TRANSCracolândia. O prefixo “-trans” representa “Jesus Transforma”²¹. Em 2012, acompanhei os trabalhos dessa mobilização missionária, organizada pela JMN, que atraiu voluntários de igrejas batistas de todo o Brasil para atuar no centro de São Paulo. Foram divididas equipes que se distribuíram em tendas em quinze pontos para a evangelização de transeuntes mas, sobretudo moradores de rua e usuários de drogas, oferecendo cortes de cabelo e internação, além de distribuir panfletos e bíblias²².

Durante as reuniões da equipe da qual fiz parte, foi muito enfatizado a guerra espiritual travada entre o diabo e os filhos de Deus, assim como as orações destinadas ao território da região. A fala de uma missionária da Cristolândia, Cíntia, elicit a agência do diabo, a guerra em questão e a disputa por almas e territórios:

*“Não é o que podemos ver, o material, o carnal, mas **a guerra está sendo travada espiritualmente**. Vocês acham que o diabo está satisfeito em perder as almas dos meninos da cristolândia ou da rua? Aqui é o **território do diabo** e nós que viemos de fora para **transformá-lo**. Por isso, temos que tomar muito cuidado, andar sempre junto, porque às vezes você tá conversando com alguém que parece inofensivo, mas que **o diabo pode agir por ele**”.* (Diário de campo, abril 2012)

Trata-se, portanto, de levar a sério a perspectiva nativa de “estamos em guerra. Similarmente ao que notou Leirner (2012: 70), em sua pesquisa com os militares, a guerra entre meus interlocutores batistas “*é um estado, uma potência que se coloca a todo momento*”. Antes de um fato concreto, a guerra emerge como relação, “*como uma modalidade de relação social, a relação entre inimigos recíprocos*”. Nesse sentido, há de se considerar que Deus e o diabo são inimigos clássicos. Como afirma Phillipe Gonzales (2008:50), a:

²¹ Em 2013, o evento ocorreu no Rio de Janeiro/RJ, em Recife/PE, em Governador Valadares e Belo Horizonte/ MG e em Vitória/ES.

²² “Ônibus da Cristolândia resgata 114 viciados”, 22/04/2012, Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,onibus-da-cristolandia-resgata-114-viciados,864102,0.htm>. Ver também: “Ação missionária em São Paulo faz história entre os batistas”, 21/04/2012. Disponível em: <http://www.jmn.org.br/noticias.asp?codNoticia=2371&codCanal=30>.

“evangelização é uma incursão em território inimigo e uma subversão da ordem que nele reina. Os evangélicos tem consciência de trabalhar no cruzamento entre dois mundos, sua ação tendo por objetivo libertar os cativos dos demônios e introduzi-los na realidade divina. (...) A ação missionária aparece então como uma fenda em terreno inimigo e visa instaurar uma nova clivagem espiritual no território”.

Cecília Mariz (1999: 34) atenta que “a teologia da ‘guerra’ ou ‘batalha espiritual’ advoga que evangelizar – pregar a mensagem cristã – é lutar contra o demônio, que estaria presente em qualquer mal que se faz, em qualquer mal que se sofre e, ainda, na prática de religiões não cristãs.

Se por um lado, o Inimigo possui os seus instrumentos/ iscas, tal como as drogas Deus também tem os seus, e os missionários são importantes ferramentas da sua agência. Como me disse Flávia, missionária da Junta, *“o mais legal é ver o trabalho de Deus, a ação dele. Nós somos apenas instrumentos da graça divina”*. Em meio a uma batalha espiritual, os missionários e voluntários batistas se posicionam como instrumentos e, ao mesmo tempo, agentes de uma reconfiguração moral do espaço e de uma luta contra o demônio. Mais do que isso, atuam como “soldados espirituais”, constituindo um “exército” - cujo general é Cristo,²³ como me lembrou uma missionária - que atua na purificação e conquista de um território do demônio, no caso, a “cracolândia” paulistana.

O diabo é uma potência contra a soberania de Deus. Tendo como funções *roubar, matar e destruir*, subverte a ordem e, em uma visão de mundo dicotômica, é associado a tudo que há de mal e de indesejado. Em seus territórios, dessa perspectiva cristã, reinam a perversidade, os vícios, a miséria, o sofrimento e o pecado. É prioritariamente para a conquista desses “territórios do diabo”, associados à sujeira, imoralidade e pobreza, que as investidas missionárias vão se voltar.

Como me explicou um dos alunos, após passar pelo curso de formação de radical, a capacidade de agência e de intervenção dos demônios na vida das pessoas varia de acordo com os territórios que governam, *“tem o demônio da rua, o demônio do bairro, o demônio da cidade e assim por diante”*; *“não tem o presidente da cidade, o presidente*

²³ A música do cantor gospel Adhemar Campos, intitulada “Nosso General”, é frequentemente cantada pelo grupo de louvor da Cristolândia – SP. Convém ressaltar o seguinte trecho: “Pelo senhor marchamos, sim /O seu exército, poderoso é /Sua glória será vista em toda a terra” ; “O nosso general é Cristo/ Seguimos os seus passos/ Nenhum inimigo nos resistirá”.

do estado e do país? Os demônios também...”. Para confirmar se compreendia corretamente a analogia, perguntei “*tipo o prefeito, o governador e a presidenta?*”, ele respondeu em tom enfático “*é, é isso mesmo!*”. Como ressalta Birman (2009: 171), “há fronteiras que estabelecem clivagens significativas entre certos espaços, que são mais ou menos sujeitos à ação de forças demoníacas”, ou seja, “há lugares na terra considerados mais ou menos malignos, mais ou menos sujeitos à presença diabólica (idem, p. 172).

Ao que parece, para meus interlocutores evangélicos, a “cracolândia” consiste em um lugar privilegiado para a ação do Inimigo, haja visto as práticas que atravessam o cotidiano da região, tal como o uso e a venda de drogas, a violência, os roubos, os desvios sexuais, sendo considerado um lugar de pobreza material, moral e espiritual. A região é, então, pensada como dominada pela gestão do diabo, sendo similar a uma materialização do inferno na terra. Como me advertiu um ex-aluno que se tornou missionário, em meu primeiro dia de campo, “*aqui, você vai conhecer o inferno e onde a miséria humana é capaz de chegar*”. Compartilhando dessa perspectiva, o Pr. Humberto, expôs no Manual Operacional, a expectativa da participação de “*todos os batistas brasileiros para, juntamente com a minha família Cristolândia, invadir o inferno, saquear o território do inimigo e gritar em voz alta que Jesus Cristo é o Senhor para a glória de Deus*” (Manual Operacional Cristolândia, 2012: 10, grifos meus).

Para além da localidade da “cracolândia” paulistana, o programa missionário de combate à “dependência química” da Junta de Missões Nacionais (JMN), faz parte um incentivo batista de evangelização de todo o território nacional:

“É nosso maior desafio fazer com que o evangelho seja proclamado em cada lugar desse país. Não importa aonde for. Seja no campo, na floresta, nas tribos, nas regiões ribeirinhas, na cidade do interior, na periferia das grandes cidades, nos condomínios fechados, nos bairros, nas vilas, nas grandes metrópoles, etc, temos que encontrar as estratégias para fazer com que a salvação (João 3.16)²⁴ seja compartilhada com todos”²⁵.

²⁴ “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. (João 3: 16)

²⁵ Disponível em: http://www.missoesnacionais.org.br/publicacao.asp?codCanal=7&codigo=34&codigo_pai=9.

A JMN define, em seu sítio, sua missão em “*conquistar a pátria para cristo*”, o que significa que “*cada brasileiro será um discípulo do Senhor Jesus. Portanto, nossa missão nos impõe um grande desafio: evangelizar e discipular cada pessoa em solo brasileiro*”²⁶. A agência missionária cria, então, campanhas, projetos de missão, “murallas de oração” e movimentos de evangelização voltados para todo o território nacional. Com esse propósito, além da TransCracolândia, e outras Trans em lugares e com temas específicos²⁷, anualmente é realizada a chamada MEGATrans, uma mobilização missionária que ocorre em diversas cidades do Brasil²⁸. Além disso, a JMN desenvolve missões com indígenas, povos ribeirinhos, surdos²⁹, presidiários e com “tribos urbanas”.

Em 2012, foi lançada uma campanha intitulada “*100 dias que impactarão o Brasil*” (anexo 2), que consiste em uma campanha de oração que mobilizou diversas igrejas batistas divididas em vigílias, organizadas em uma agenda de orações, que completaram todos os minutos desses cem dias. A proposta é criar uma “muralla de oração” pela “transformação” e “salvação” da nação. Dentre os motivos de oração, divulgados na revista da JMN, cujo nome é “*A pátria para Cristo*”, estão: “por Lisura e Transparência nos contratos do Setor Público”; “que os crentes sejam agentes de mudança na sociedade”; “pelos desempregados”; “pelo crescimento da economia brasileira”; “pela presidente Dilma Rousseff”; “pelos ministros e secretários”; “pela salvação do povo brasileiro”; “por justiça social e solidariedade”; “que a história de nosso país seja mudada pelo evangelho”, “pela restauração e salvação dos traficantes e usuários de drogas no Brasil”, entre outros que passam por temas como analfabetismo, saúde, corrupção, justiça e bem comum, até pelas obras missionárias e pelas necessidades de moradores de rua, usuários de drogas, indígenas, surdos e crianças. O comentário do

²⁷ Além da TransCracolândia, em 2013, ocorreram a Trans Radical Urbano, cujo propósito era uma atividade evangelística em “comunidades carentes” no Rio de Janeiro, e a TransCopa das Confederações, em que foram montados stands em frente aos estádios onde ocorreram os jogos em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo em vista a evangelização dos torcedores.

²⁸ Em 2013, o evento ocorreu em cidades do Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo as parciais divulgadas no sítio da JMN, a MEGATrans 2012, mobilizou mais de 40 mil voluntários batistas em todo o Brasil. Disponível em: “Missões Nacionais divulga Parciais da MEGATRANS”, 13/08/2012. Disponível em: <http://www.jmn.org.br/noticias.asp?codNoticia=2495&codCanal=30>.

²⁹ A missão batista com surdos teve início nos anos 70, sendo pioneira nessa atividade evangelística, exportou para outras denominações evangélicas manuais e materiais traduzidos em libras para a evangelização desse público alvo. Sobre missões evangelísticas com surdos Ver: (SILVA, 2008).

diretor executivo da Convenção Batista Brasileira (CBB), sobre essa campanha de oração enfatiza a necessidade de transformação do país por meio do evangelho:

*“Nós estamos trabalhando de uma forma muito unida, muito junta para que todos os discípulos de Jesus, esse povo chamado batista, estejam envolvidos nesse movimento de oração. A Palavra de Deus diz: ‘Se o meu povo, que se chama pelo meu nome... orar.. eu sararei a sua terra’³⁰. Esse é o nosso grande desafio. É a minha e sua responsabilidade orar e pedir ao Senhor que **sare nosso país, que transforme nosso país**. O Senhor só fará isso pela minha atitude e pela sua atitude. Vamos juntos nos 100 dias que impactarão o Brasil e **esse país será outro** para a glória de Jesus”³¹. (grifos meus)*

Além da campanha dos 100 dias, a agência possui uma campanha intitulada MIT (Minuto que impacta e transforma), cujo mote é “Para mudar a realidade do Brasil, você só precisa de 60 segundos”, que consiste em incentivar os fiéis a dedicarem um minuto do seu dia – das 11h59min até às 12h – para orarem pela transformação social da pátria. Nesse sentido, a Missão Batista Cristolândia pode ser pensada como parte integrante de um projeto político-religioso de nação, no qual se propõe estar no poder da oração e da propagação do evangelho por todo o território nacional, a resolução dos problemas sociais que assolam a pátria. Por isso, a JMN centra a maior parte dos seus esforços, através de projetos missionários e campanhas, nos “marginalizados”, “necessitados” e “carentes”, ou seja, moradores de rua, usuários de crack, prostitutas, traficantes e ainda, missões com “povos não alcançados” tal como com surdos e indígenas, pois são nesses territórios e através dessas populações que o Inimigo governa de maneira mais potente.

4. Considerações finais

Como mostrado, o crack, atualmente, se constituiu como um problema para o governo de territórios, almas e pessoas e, conseqüentemente, para a nação, de modo que

³⁰ Citação do segundo livro das crônicas; “E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra”

(2 Crônicas 7:14).

³¹ Disponível em: “A Pátria para Cristo”, Ano LXVII, n 256, p. 18.

a metáfora da guerra se faz frequentemente presente nos enunciados daqueles engajados em combatê-lo. Como afirma Leite (2012: 379),

“representar o conflito social nas grandes cidades como guerra implica acionar um repertório simbólico em que lado/grupos em confronto são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais – de guerra – exigem medidas também excepcionais e estranhas à normalidade institucional democrática”.

No que tange aos estigmatizados como “noias” ou “cracudos”, protagonistas da alteridade na cidade, percebe-se uma combinação perversa entre práticas de militarização associadas ao investimento massivo em políticas de internação e confinamento que, além das “remoções brancas” desempenhadas pelo mercado e pela especulação imobiliária, configuram um conflito social a partir do qual a presença de tais personagens nos espaços urbanos é apreendida como perigosa e ameaçadora.

Birman (2009), analisa a correspondência, no Rio de Janeiro, entre processos de diabolização, empreendidos por evangélicos, de figuras sociais e de territórios situados nas margens, com o processo de criminalização dos mesmos. A “violência urbana” e o “mal diabólico” aparecem encrustados nesses territórios periféricos e associados às práticas do tráfico de drogas e às figuras do “traficante” e do “bandido”. Esses aspectos, por sua vez, corroboram para a potencialização da imagem negativa, associada à desordem e ao perigo, dessas pessoas e espaços e colocam em consonância a batalha espiritual com a lógica da guerra presente nas políticas de segurança pública nesses territórios³². Tendo isso em vista, “os discursos de diabolização de tais territórios constituem uma forma de ação político-religiosa que, simultaneamente, reage às acusações do Estado e se apropria de suas categorias, conjugando-as com suas concepções religiosas” (BIRMAN, 2009: 322).

A autora percebe, por outro lado, que a figura do inimigo irreconciliável é, para os evangélicos, o diabo e não as pessoas que estão sob a influência de forças malignas. Por isso, os evangélicos se posicionam como mediadores de uma reconfiguração moral dos espaços e dos comportamentos, sobretudo, através de suas tecnologias e saberes de evangelização e conversão. “Neste sentido, distanciam-se da percepção do Estado para

³² Para uma abordagem acerca da metáfora da guerra presente nas políticas de segurança pública destinadas às favelas do Rio de Janeiro, até o projeto de pacificação, ver: Leite (2012).

quem os bandidos são configurados como *outros* absolutos a serem até mesmo exterminados *em defesa da sociedade*” (BIRMAN, 2009: 325). Na lógica estatal, a figura do “noia”, do “bandido”, ou seja, desses *outros absolutos*, fazem operar a metáfora da guerra em acordo com o que Foucault (2010) chamou de racismo de estado, acionando as capacidades estatais de provocar a morte social, política e, no limite, letal.

Indo na mesma direção, Galdeano (2014: 21) afirma, em seu artigo sobre as relações entre ativismo religioso e “violência”, que “se para a ‘guerra contra o crime’ importa definir um ‘inimigo’ – traficante, consumidores de crack, moradores de rua – as igrejas neopentecostais identificam o ‘inimigo’ no Diabo, que, por sua vez, está frequentemente encarnado no espírito dessas mesmas populações”.

Apesar de não ser uma igreja considerada (neo)pentecostal, na perspectiva batista, é também para esses universos mais permeados por práticas “imorais”, pela “desordem” e pela “violência”, os quais possuem correspondência, nessa leitura, sobretudo com as populações e territórios das periferias da cidade, que as práticas evangelísticas e de “pacificação” das almas devem se voltar. É, principalmente, nesses “territórios do diabo”, representados pelas “cracolândias”, favelas, presídios e periferias, que a sujeição a um deus único e transcendente deve ser pregada, na expectativa de que os comportamentos e condutas se adequem a uma ordem moral divina. Nesse processo de pacificação e de domesticação da alteridade, os batistas estão empenhados na produção de bons cristãos e “cidadãos desejáveis”. Tendo isso em vista, é possível perceber afinidades eletivas, ou melhor, “alianças estratégicas” – como desmonstrado no caso da Operação Sufoco – capazes de produzir uma interface funcional de combate entre as intervenções missionárias e a gestão estatal.

No que tange à “guerra santa” travada pelos missionários batistas, pauta-se uma “transformação” e uma “restauração” do espaço, enfatizada pelo objetivo de *transformar a cracolândia em cristolândia*. A própria territorialidade em questão teria, portanto, “cristo” substituindo o “crack”. Como notou Hérodote, em uma entrevista feita com Michel Foucault, presente no “Microfísica do Poder, as metáforas espaciais são, antes de tudo, “o sintoma de um pensamento ‘estratégico’, ‘combatente’, que coloca o espaço do discurso como terreno e objeto de práticas políticas”. Foucault complementa: “É

efetivamente de guerra, de administração, de implantação, de gestão de um saber que se trata tais expressões”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo. 2009. *A Igreja Universal e Seus Demônios: um estudo etnográfico*. 1ªed. São Paulo: Terceiro Nome.

_____. *Religião na metrópole paulista*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n 56, out/2004.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome. 2010.

_____. 2008. *A ética evangélica e o espírito do crime*. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: dilema da (des)igualdade na diversidade. Porto Seguro: ABA (1 CD-ROM).

BIRMAN, Patrícia. 2009a. *Feitiçaria, Territórios e Resistências Marginais*. In: MANA 15(2) pp. 321-348.

_____. *Memória, política e gestão religiosa do espaço*. In: Almeida, Ronaldo; Mafra, Clara. (Org.). *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009b, v. , p. 32-48.

CLASTRES, Pierre. [1969]2003. *Copérnico e os Selvagens*. A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify.

_____. [1974]2003. *A sociedade contra o Estado*. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify

_____. [1977a]2004. *Arqueologia da violência: A Guerra nas Sociedades Primitivas*. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify.

_____. [1977b]2004. *O infortúnio do guerreiro selvagem*. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo, Cosac Naify.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2008.

_____. *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. Caderno CRH, v. 23, n. 58, 2010.

_____. *Governo que produz crime, crime que produz governo: o*

- dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 232-255, 2012.
- FIGLIARELLI, M. . *Controvérsias médicas e a questão do uso de “drogas”*. São Paulo-SP. Dissertação de Mestrado – USP/FFLCH, 2004.
- _____. *O lugar do estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas*. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 92, p. 9-21, 2012.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Martins Fontes, 1999.
- FRÚGOLI, Júnior, Heitor e SKLAIR, Jessica. *O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrificação*. In: Cuadernos de Antropología Social, v 30, pp. 119–136, 2009.
- _____; e Spaggiari, Enrico. *Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Ponto.Urbe (USP), v. Ano 4, p. 6.0, 2010. Disponível em <http://www.pontourbe.net/edicao6artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>.
- GONZALES, Philippe. 2008. “*Lutter contre l’emprise démoniaque. Les politiques du combat spirituel évangélique*”. Terrain, 50:44-61.
- LEIRNER, P. C. *A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares*. Mana (UFRJ. Impresso), v. 15, p. 59-89, 2009
- LEITE, Márcia Pereira . *Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 6, p. 374, 2012.
- LISBOA, F. A. *Repensando a missão: um olhar crítico sobre a teologia de missão dos batistas brasileiros*.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.
- _____(Org.);Almeida, Ronaldo (Org.). *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. 247p.
- MARIANO, Ricardo. 2008. *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. In: Revista de Estudos da Religião, dezembro, pp. 68-95.
- MARIZ, Cecília . *A teologia da guerra espiritual: uma revisão da literatura sócio-antropológica*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, p. 33-48, 1999.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo, PPGAS/USP, 2009.
- PEREIRA, Renan M. *Levantar os Feridos e Salvar os Fracos – A reabilitação de usuários de “drogas” numa comunidade terapêutica evangélica*. Trabalho de conclusão de

curso em Bacharelado em Ciências Sociais. São Carlos, Ufscar. 2010.

RAUPP, L. M.; ADORNO, R. C. F. “*Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo*”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 0849, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2008, http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2668.

RUI, Taniele. *Corpos abjetos: etnografia em contexto de consumo e comércio de*

crack. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH / Unicamp, 2012a.

_____. *Vigiar e Cuidar: notas sobre a atuação estatal na “cracolândia”*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 336-351, 2012b.

SZTUTMAN, R. *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2012. v. 1. 576p